

# NOTICIÁRIO

---

## XXIV REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência fará realizar a sua XXIV Reunião Anual em São Paulo (Capital), de 2 a 8 de julho de 1972, no Edifício dos Departamentos de Geografia e História da Universidade de São Paulo no "campus" da Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira.

O Programa Científico, como nos anos anteriores, constará de Simpósios, Mesas Redondas, Cursos e Comunicações.

A História estará representada pelo Núcleo Regional de São Paulo da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) que realizará um Encontro subordinado ao tema: "Independência: Um debate" (5/7 de julho). Além deste tema haverá oportunidade para comunicações livres, que comporão reuniões especiais. Oportunamente será distribuída aos sócios circular pormenorizada sobre a realização do referido Encontro.

*E. S. P.*

\* \*  
\*

## O MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESTÁ REALIZANDO ESCAVAÇÕES NA AMAZÔNIA.

Em julho do corrente ano o MAE adquiriu, com verba da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), importante coleção arqueológica representativa de cultura de Santarém, no Pará. Entre as 6.000 peças que a compõem incluem-se vasos de cerâmica, utensílios de pedra, apitos, adornos, cachimbos de barro, etc. Trata-se de uma das mais significativas culturas arqueológicas do Brasil, que se desenvolveu ao longo do rio Tapajós e a leste e oeste de Santarém — provavelmente o seu centro cerimonial. A cultura de Tapajó começou a declinar depois do contacto com os europeus, vindo a desaparecer no século XVII.

Apesar de sua importância, essa cultura nunca foi objeto de estudos sistemáticos. Valendo-se da circunstância de já dispor de uma coleção, o MAE formulou um programa de escavações na área, a longo prazo. Este ano, durante um mês, o Diretor do Museu, utilizando-se dos recursos postos à disposição pela Expedição Permanente à Amazônia (dirigida pelo Museu de Zoologia da USP), realizou levantamentos a leste de Santarém, na margem meridional do Amazonas, numa extensão de várias dezenas de quilômetros, nos "furos" do Aiaí e Ituquí, registrando 12 dos chamados "sítios de terra preta", indicadores de restos arqueológicos,

além de 2 sambaquis fluviais. Os cortes de sondagem permitiram abundante coleta de material, principalmente cerâmica e utensílios líticos.

Em julho e agosto do próximo ano, o MAE iniciará pesquisas intensivas, na área. Muitos problemas poderão ser assim resolvidos: seriação da cerâmica utilitária e cerimonial, mudança cultural, padrões de povoamento, questões ecológicas, etc.

ULPIANO BEZERRA DE MENEZES

\* \*  
\*

IV SEMANA DE ESTUDOS: CRÉDITO, BANCOS E INVESTIMENTOS NOS SÉCULOS XIII-XX.

Realiza-se em Prato-Siena (Itália), no Instituto Internacional de História Econômica "Francesco Datini", de 14 a 21 de abril de 1972 a IV Semana de Estudos Econômicos. O programa será o seguinte:

- 15 de abril: Origens e tipologia dos instrumentos de crédito;
- 16 de abril: Acumulação bancária e taxa de juros;
- 17 de abril: A diferenciação do crédito;
- 18 de abril: Banco e mercado monetário;
- 19 de abril: O Banco privado;
- 20 de abril: O Banco público;
- 21 de abril: O Banco de emissão.

A presidência do Instituto é exercida pelo Prof. Ottone Magistrali e o Prof. Fernand Braudel é o presidente do Comitê Científico.

E. S. P.

\* \*  
\*

DEFESA DE TESE DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA DA LICENCIADA ANITA NOVINSKY.

Realizou-se no dia 24 de agosto de 1970 a defesa de tese de doutoramento da Licenciada Anita Novinsky que apresentou uma monografia intitulada *Os Cristãos-Nôvos na Bahia (624-1954)*.

A comissão examinadora compunha-se dos seguintes professores: Myriam Ellis (orientadora), João Cruz Costa, Sérgio Buarque de Hollanda, Antônio Candido de Melo e Souza e D. João Mehlmann, O. S. B.

Iniciando a arguição, o Prof. João Cruz Costa lembrou o tempo em que aconselhou a então sua jovem aluna Anita Waingort, que procurasse investigar um problema até então pouco estudado — o da história dos judeus no Brasil, conselho que a aluna soube tão bem aproveitar e executar, transformando-o neste precioso ensaio de investigação que é *Os Cristãos-Nôvos na Bahia*.

Demonstrou ainda sua satisfação ao ver que a escola onde passara mais de 30 anos de sua vida, continuava a produzir trabalhos que não desmerecem o seu renome.

Entre os diversos capítulos da tese abordados, deteve-se mais longamente sobre o último, intitulado *O Homem Dividido*. Pareceu-lhe que a candidata, talvez levada pelo entusiasmo de sua pesquisa estendeu-se para além e para fora de um domínio dado, e que foi verificado ou demonstrado nesse mesmo domínio. E ante a afirmação da autora sobre a dificuldade em definir o que era o cristão-novo brasileiro, que

“não podia ser considerado judeu pela religião mas que contudo tinha sua vida e seu destino vinculados de certa forma ao povo judeu”,

lembrou-se de sua leitura da obra de Emanuel Berl, *A Contretemps*, onde o autor diz, referindo se a um de seus tios, que êle

“avait été très infidèle au judaïsme et très fidèle à la judéité”.

Talvez, continuou o prof. Cruz Costa não tenha sido por acaso que a mais radical condenação de todos os mitos religiosos apareceu no seio dos emigrados ibéricos cristãos-nôvos da Holanda, cujo mais notável representante foi Spinoza. Lembrou-se ainda de uma passagem do livro de Isaac Deutscher *O Judeu não Judeu e outros ensaios*, referente a Marc Chagal, e que muito o havia impressionado. Apesar do perigo que essa aproximação implicava, tentou aplicá-la ao cristão-novo bahiano:

“A imaginação judaica” diz Deutscher, “procurava escapar da realidade ou fazer fluída a vida, brilhante, milagrosa mesmo: o humor e a auto-ironia judaicos choravam e riam dos permanentes impactos entre a esperança e a realidade”.

E’ possível que o cristão-novo bahiano se balançasse êle também entre a realidade e a esperança. Mas, pergunta o Prof. Cruz Costa, não será possível que a maioria dos cristãos-novos se tivesse acomodado ao eclético catolicismo brasileiro, pouco exigente de fortes e firmes convicções, “menos atento” como diz o Prof. Sérgio Buarque de Holanda,

“ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e á pompa exteriores”,

que esta, sobretudo, se assegurava ao seu *status* de burguesês...

Pedi à candidata que explicasse o que pretendia dizer Netanyahu, citado pela autora, quando diz que a Inquisição espanhola não foi instituída para eliminar o converso como fenômeno religioso mas como fenômeno social (p. IV).

Comentou em seguida que os cristãos-novos possuíam notícias do mundo, liam livros de outras nações, como o fez Spinoza. E lembrou então Péguy quando dizia que

“o judeu lê há 5.000 anos; o protestante há 500 e o católico quase sempre tem um avô analfabeto”.

E pergunta: seria a oposição dos cristãos-novos a superestrutura existente em Portugal, no século XVII, formada por uma espécie de confraria de judeus letrados? E sobre os oito processados que analisou a autora, constata com ironia o Prof. Cruz Costa, que o único que morreu, foi cristão e soldado...

Passando a responder às questões propostas pelo Prof. João Cruz Costa, lembrou a candidata o quanto devia a este eminente Professor, por tê-la encaminhado nestes estudos, e como ele havia previsto, há vinte anos, a importância de tais estudos...

Sobre o último capítulo, *O Homem Dividido*, parecer ao Professor uma extrapolção, por ter se estendido além do domínio dado, mostrou que havia feito referências a este fato na Conclusão de sua tese, frisando exatamente este ponto, e também o desejo de voltar a esse capítulo e estudá-lo exaustivamente em trabalho futuro. Mesmo sabendo que não podia esgotá-lo nesta tese, achou importante incluí-lo, por lhe parecerem os aspectos abordados nele, fundamentais para a compreensão do cristão-novo sob o ponto de vista social e psicológico. Sobre a referência que fez o Professor a Emmanuel Berl, lembrou a candidata o conceito introduzido recentemente por Albert Memi em seu trabalho *Negritude et Judeité*, onde este autor mostra a diferença entre os conceitos de *Judeité*, *Judaicité* e *Judaïsme*. *Judeité* corresponderia talvez a esse sentimento de identificação — a que se refere Berl, como o povo judeu, sem contudo estar ligado a ele pelos costumes ou religião, e sem também pertencer ativamente a qualquer comunidade judaica.

Respondeu ainda que concordava sobre o “acomodamento” do cristão-novo bahiano ao eclético catolicismo brasileiro, porém mantendo sempre um original espírito de crítica. Lembrou a obra de Carl Gebhard, sobre Spinoza, onde este autor mostra que a filosofia de Spinoza somente podia ser entendida como uma consequência do seu destino marrano. Spinoza respondeu a sua “situação” na impossibilidade de encontrar um equilíbrio nas categorias fixas de seu tempo. Buscou pois uma filosofia que respondesse a sua contradição marrana, encontrando Deus não na transcendência, mas na imanência. Da mesma maneira, o cristão-novo bahiano, sem possuir naturalmente as inquietudes intelectuais do filósofo, respondeu também a uma situação de “homem dividido”, de marrano, com um comportamento inconformista, e que se pode notar continuamente nas suas expressões de crítica, nas suas irreverências à religião oficial e à ordem estabelecida.

Sobre a afirmação de Netanyahu, de que a Inquisição espanhola não foi introduzida para eliminar o converso como fenômeno religioso mas como fenômeno social, explicou que para o autor citado, a Inquisição não visava eliminar a heresia judaica do grupo dos conversos, pois este era pouco significativa em fins do século XV, mas eliminar o converso, que era economicamente forte, da sociedade espanhola. Não era pois o judaísmo tão temido o alvo principal do Santo Ofício, mas a classe burguesa em ebulição.

Quanto aos cristãos-nôvos lerem livros proibidos, não há dúvida que o faziam. Importando mercadorias importavam também as idéias correntes no resto da Europa. Liam a Bíblia “em linguagem”, que era proibida assim como outras obras mencionadas no *Index*. Contudo, seria interessante confrontar os “herejes” e blasfemos” que a Inquisição condenou, que, assim como o donatário da Capitania de Pernambuco e o padre Antônio Vieira, foram acusados de lerem obras proibidas. As pesquisas realizadas pela candidata denotaram a existência de um movimento dissidente — que se opunha às técnicas e procedimentos do Santo Ofício —, constituído de elementos pertencentes ao clero católico e cristãos-velhos. Proporcionalmente, deviam ser menos numerosos que os cristãos-novos. Estes eram naturalmente os elementos principais na reação contra o Tribunal da Inquisição e contra uma estrutura social na qual não havia lugar para eles. Eram conhecidos no tempo os letrados herejes da Universidade de Coimbra, capítulo que merece contudo ser melhor estudado.

\* \*  
\*

*Padre D. João Mchlmann, O. S. B.*

Após fazer menção elogiosa ao trabalho, expressou sua satisfação ante o fato mencionado pela candidata, de que elementos do clero católico se opuzeram violentamente à Inquisição, não sendo, pois, a aprovação ao Santo Ofício tão geral como tem parecido a certos autores. Pediu que a autora esclarecesse algumas referências feitas na tese, como por exemplo sobre a antigüidade dos judeus na Península Ibérica. Concordou plenamente com a afirmação de que na Antigüidade os judeus não foram somente comerciantes.

Observou ainda que deviam ser mais precisos os termos utilizados como “mosteiro”, “convento”, “abade”, “monge” etc. e sugeriu que alguns dos documentos mencionados nas notas fôsse inseridos no texto. Sobre as notas de rodapé e citações, também deviam seguir com maior rigor as convenções estabelecidas.

\*

A candidata agradeceu as observações e valiosos conselhos que lhe foram dados, concordando plenamente sobre os critérios fixos que deviam ser adotados para a transcrição das notas, como também na aplicação de certos termos ligados à Igreja.

No que se relaciona com a oposição do clero católico à Inquisição, frisou que seria interessante fazer-se um estudo do clero dissidente brasileiro, pois a sua oposição parece ter sido maior do que se tem pensado. Idéias como as do padre Vieira não brotaram no vácuo, mas responderam a uma determinada modalidade de pensamento, que não teve condições para se exprimir livremente, não sendo porém isso, razão suficiente para que deixasse de existir.

A questão da antiguidade dos judeus na Península Ibérica tem sido assunto debatido mesmo em tempos da Inquisição. Mencionou o trabalho publicado recentemente pelo Prof. Haim Beinart, da Universidade Hebraica de Jerusalem, onde o assunto vem minuciosamente tratado e acompanhado de ampla bibliografia.

A autora esclareceu várias das passagens mencionadas pelo arguidor, explicando, entre outras, que quando se referiu a Mestre, queria dizer D. João I que foi Mestre de Avis; e a expressão “fazendo” familiares foi em pregada em lugar de “nomear” familiares, pois que assim aparece nos textos manuscritos.

\* \*  
\*

*Prof. Sérgio Buarque de Holanda.*

Demonstrou sua satisfação em ter acompanhado a elaboração da tese apresentada, mencionando a grande quantidade de material sobre a Inquisição e os cristãos-novos em posse da autora.

Concordou com as observações feitas pelos arguidores anteriores. Detendo-se porém sobre o primeiro capítulo, disse que achava impossível que ainda hoje houvesse quem justificasse ou defendesse a Inquisição.

Referiu-se em seguida a grande mistura de sangue judeu e cristão que encontramos em importantes representantes do catolicismo, lembrando que tinham origens judaicas Santa Teresa de Jesus e Frei Luís de Leon, assim como também personalidades políticas como o Prior de Crato e Fernando-o-Católico. Referiu-se a tradicional tolerância que havia na Península Ibérica, onde judeus, cristãos, e mouros coexistiram durante séculos, citando exemplos de viajantes aos quais esse fato não passou desapercibido.

Sobre o problema de pureza de sangue abordado pela autora na tese, mostrou que a estratificação social não era muito rígida em Portugal, como a autora mencionou, lembrando que tinha sangue judeu Martim Afonso de Sousa e Tomé de Sousa.

Concordou com a tese apresentada sobre a posição dos cristãos-novos nas invasões holandesas do Brasil, reafirmando com a candidata, que João Fernandes Vieira e Calado foram colaboradores dos holandeses antes de passar para a facção portuguesa.

\*

Respondendo aos assuntos abordados pelo Prof. Sérgio Buarque de Holanda, concordou que para a identificação do cristão-nôvo não era suficiente o conhecimento dos nomes, apesar de alguns destes aparecerem como constantes nos documentos. Assim, por exemplo, Nunes, Fernandes, Rodrigues, Álvares, Castro, Mendes etc. E nomes como Santa Cruz, Espírito Santo são os que tem maior probabilidade de pertencerem a famílias de origens judaicas.

A extraordinária coexistência de cristãos, mouros e judeus na Península Ibérica, vem caracterizada de maneira notável na conhecida *Espanha das Três Religiões* e na obra de Américo Castro. Apesar dos estatutos de pureza de sangue impedirem legalmente a participação dos cristãos-novos em praticamente todos os cargos oficiais e profissões, assim como também aos descendentes de negros e mouros, na prática essa discriminação não era aplicada sistematicamente, sendo utilizada na medida em que determinada condição o exigisse. Martim Afonso de Sousa e Tomé de Sousa ocuparam cargos de capitão-mór e governador numa época em que o mito de sangue puro ainda não havia contagiado a mente dos portugueses.

O preconceito anti-judaico tradicional levou historiadores a afirmarem a colaboração dos cristãos-novos com os holandeses. As pesquisas realizadas pela autora da tese revelaram que colaboraram com os holandeses tanto portugueses cristãos-velhos, como cristãos-novos e elementos do clero católico. Houve cristãos-novos defendendo a causa portuguesa, estando presentes na defesa do território contra a invasão holandesa. Não houve um comportamento uniforme do começo ao fim da luta. Há pois necessidade de se reescrever este capítulo da história brasileira, à luz de pesquisas mais recentes e com o confronto de documentos.

A candidata expressou seus agradecimentos ao ilustre Professor, pelas críticas e correções que lhe fez, mencionando quanto deve a sua largueza de espírito que teve oportunidade de conhecer durante o tempo em que trabalhou nesta tese.

\* \*  
\*

*Prof. Dr. Antônio Cândido de Mello e Sousa.*

Referiu-se inicialmente ao interesse que lhe havia despertado a leitura da tese, tanto pela maneira com que estava escrita, como pelo trabalho pioneiro realizado, e dispensou a candidata de qualquer arguição. Contudo, fez uma análise minuciosa de diversas passagens do texto, principalmente sobre o último capítulo e a personalidade do cristão-nôvo, mostrando que a candidata havia introduzido um nôvo tipo brasileiro: o cristão-nôvo. O tipo bahiano retratado na tese lembrou-lhe o "mineiro", que é próprio, mineiro, tão bem conhece.

Referiu-se ainda à riqueza do material manuscrito utilizado, a pesquisa exaustiva e a originalidade do tema abordado. Gostou especialmente do cristão-nôvo que dizia ser "cristão-nôvo com a graça de Deus", mas não estava convencido com o mencionado "espírito crítico" do cristão-nôvo. Cumprimentou a candidata pelo trabalho, que considerava valiosa contribuição para a história do Brasil.

\*

Exprimindo sua satisfação e honra em ter o ilustre Professor como seu examinador, a candidata agradeceu por ter sido dispensada da arguição, e discorreu sobre alguns dos pontos abordados pelo Professor, procurando mostrar alguns aspectos de seus estudos sobre o cristão-novo brasileiro. O cristão-novo com baixo nível de cultura, que vivia no Brasil, respondeu as suas próprias inquietudes e incertezas com irreverências e desacatos às autoridades, e pontos em comum podem ser encontrados no espírito destes cristãos-novos e aqueles que viviam em ambientes mais refinados, intelectualmente falando.

\* \*  
\*

*Profa. Myriam Ellis.*

Mostrou o interesse com que acompanhou a elaboração final da tese, referindo-se ao pioneirismo da autora no campo da pesquisa histórica sobre os cristãos-novos no Brasil. Salientou o valor da tese apresentada, que veio abrir um número enorme de novos caminhos para serem ainda percorridos pelos pesquisadores. Referiu-se à hipóteses e temas levantados pela autora, como por exemplo, o papel que os cristãos-novos representaram na Restauração portuguesa, o anti-nacionalismo português da Inquisição, as relações dos cristãos-novos com os maçons, etc.

Sobre a hipótese sugerida pela autora para o fato de ter falhado o plano da introdução do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição no Brasil, quando o tiveram outras regiões da América Espanhola, menos por razões metropolitanas, do que por razões brasileiras, a Profa. Myriam Ellis salientou a importância de serem estudados essas "razões brasileiras" e essas "causas locais". Mostrou ainda a importância da tese apresentada para uma revisão de diversos capítulos da história colonial.

\*

A candidata mencionou o apoio que a Profa. Myriam Ellis lhe deu e a ajuda que lhe dispensou em numerosas dificuldades. Concordou que os diversos assuntos levantados no trabalho, assim como as hipóteses sugeridas, não o foram com o intuito de serem tratados nesta tese. Assim, explicou que não tratou do papel que representou o cristão-novo na Restauração por fugir à área geográfica analisada e aos limites propostos, conhecendo, porém, a importância desse fenômeno, razão pela qual apresenta alguns exemplos na tese. Assim, como este, achou conveniente sugerir diversos problemas importantes como o do anti-nacionalismo da Inquisição, mostrando quanto dependeu dos cristãos-novos da Holanda o sustento da guerra contra Castela, encontrando-se nesse período de um lado Inquisição, os Habsbur-



gos e Roma, de outro, os Jesuítas, os Bragança e os cristãos-novos. Lembrou ainda que os autores tradicionais não perceberam claramente o problema, colocando, sem o confronto de documentação exaustiva, os cristãos-novos ao lado da Inquisição e de Castela.

O capítulo sobre os maçons, praticamente desconhecido ainda no que diz respeito ao Brasil, se estudado, revelaria aspectos interessantes da relação e identificação desse grupo com os cristãos-novos até às vésperas da Independência. Lembrou que em Lima, a rua dos Maçons era a rua dos cristãos-novos, e que, depois de eliminada a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos pelo marquês de Pombal, são os maçons o alvo principal da Inquisição.

Sobre a diferença entre o fenômeno cristão-novo português e o converso espanhol, mostrou quantos estudos ainda deveriam ser feitos nesse sentido. Agradeceu os conselhos e estímulo da examinadora para que desenvolvesse os temas abordados em trabalhos futuros.

\* \*  
\*

#### BREVE RESUMO DA TESE.

*Cristãos-Novos na Bahia.*

(1624-1654).

Portugal foi na Idade Média o país que antes de qualquer outro da Europa reconheceu o direito dos judeus e onde a propaganda anti-judaica oficiosa penetrou mais tarde. Os judeus de Portugal gozaram da proteção régia e desfrutaram de liberdade um século a mais do que seus correligionários na Espanha. Apesar da inegável influência do direito canônico, a religião não impediu nem prejudicou seriamente os contatos mútuos e as interações grupais. As judarias não tinham o mesmo sentido que assumiram os guetos de outros países europeus e a lei degradante, obrigando os judeus a usarem distintivos para serem reconhecidos pelos cristãos, nunca foi levada a sério em Portugal.

Em fins do século XIV a Espanha confrontou-se com um fenômeno de amplas conseqüências sociais — o converso. Em Portugal esse fenômeno penetrou somente em fins do século XV e passou por um processo diferente. Enquanto que com o correr do século XVI, o converso praticamente desapareceu, absorvido na sociedade espanhola o cristão-novo aumentou gradativamente na sociedade portuguesa.

Durante o domínio dos Filipes intensificou-se a perseguição aos cristãos-novos portugueses, e aplicou-se com mais vigor os “estatutos de limpeza de sangue”. Esses “estatutos de limpeza” provam a fragilidade do fator religioso, pois não bastava ser fiel católico para participar em todos os setores da sociedade: era preciso ser “limpo de sangue”, isto é, não ter nenhum ascendente negro, mouro ou judeu. Os cristãos-novos no século XVII encontravam-se em situação de párias, oferecendo aos

grupos dirigentes uma suposta causa para o crítico estado em que se encontrava o Reino. Marginalizado, o cristão-novo respondeu de maneiras diversas a sua "situação", e o fenômeno conhecido como marranismo envolveu ampla variedade de atitudes e comportamentos. Os cristãos-novos desenvolveram uma reação à ordem estabelecida, ordem na qual não havia lugar para eles. Tornaram-se assim um elemento perigoso para a manutenção da estrutura tradicional.

O Santo Ofício caracterizou-se nesse período, pelo seu anti-nacionalismo português. Lutou ferozmente para impedir a Restauração. A reação de uma parte da sociedade portuguesa contra o Tribunal do Santo Ofício, principalmente por parte de elementos do clero católico, expressou-se tanto em termos de Cristianismo como em termos políticos.

Transferidos pelas condições históricas para a colônia brasileira, os cristãos-novos na Bahia, apesar da legislação discriminatória, passaram por um processo de acomodação. Conseguiram ascender socialmente, tornando-se parte integrante da sociedade bahiana. O mito contra o cristão-novo não conseguiu vingar de maneira prática na Bahia, os casamentos mixtos e as relações entre cristãos-novos e cristãos-velhos se deram continuamente e com tal freqüência, que aumentou de maneira considerável o número de cristãos-novos no Brasil.

A população bahiana cristã-nova que identificamos neste período, representava aproximadamente 20% da população local. Desses cristãos-novos, uma centena e meia estava distribuída profissionalmente da seguinte maneira:

- 34% mercadores, homens de negócios e comerciantes;
- 34% profissionais (cargos administrativos, bacharéis, militares cirurgiões e religiosos);
- 20% ligados diretamente a terra (entre senhores de engenho e lavradores);
- 12% trabalhadores mais modestos — homens do mar e artífices.

Praticamente todos os cristãos-novos que atuaram e participaram na Câmara da Bahia estiveram direta ou indiretamente implicados com a Inquisição, fato este de extrema importância para a compreensão de diversos aspectos da vida administrativa bahiana.

A vigilância aos cristãos-novos na Bahia foi encabeçada pelo governador Antônio Teles da Silva, "familiar" do Santo Ofício, e pelo Bispo D. Pedro da Silva, membro do Supremo Conselho do Santo Ofício.

Cristãos-novos da Bahia estiveram ligados a importantes famílias de mercadores estabelecidos em Portugal e no norte da Europa, devendo-se a eles considerável participação na produção e comercialização do açúcar brasileiro.

A Inquisição não logrou estabelecer-se na Bahia com um Tribunal, apesar das constantes negociações travadas a respeito. Agiu através de seus Visitadores, Comissários, e "familiares", que lhe forneciam sistematicamente cartas, relatórios e denúncias, sobre cristãos-novos e cristãos-velhos que incorreram em culpas contra a fé ou os costumes. Apesar de sua fiscalização sobre a Bahia, a Inquisição não conseguiu os resultados almejados, e enquanto na América espanhola funciona-

va com mais rigor que nos Reinos, na Bahia faliu em seus propósitos. Os funcionários da Inquisição enviados para a Bahia fracassaram na maior parte de suas missões, partindo as mais severas denúncias contra os cristãos-novos das autoridades civis e religiosas locais (funcionários da Coroa).

Durante o período das invasões holandesas no Brasil o preconceito contra o cristão-novo transferiu-se da esfera religiosa para a esfera política. Os resultados das pesquisas realizadas mostraram que os cristãos-novos tiveram seus interesses ligados aos invasores da mesma maneira que outros elementos da sociedade, tais como cristãos-velhos e membros do clero católico. Cristãos-novos participaram na defesa da Bahia em 1624, com dinheiro, armas, conselhos e vidas. O fator religioso nesse conflito revelou-se bem mais fraco do que lhe tem atribuído grande parte dos historiadores.

No Colégio da Companhia de Jesus realizou-se em 1646 um inquérito, por nós denominado a "Grande Inquirição", por ter sido, quantitativamente, o mais numeroso do século XVII. Nota-se neste inquérito um esvaziamento religioso em relação às denúncias prestadas em fins do século XVI na Bahia e uma substituição das práticas religiosas judaicas por atitudes violentas de crítica, irreverência e ceticismo. A "Grande Inquirição" revelou a origem judaica de importantes elementos da sociedade bahiana e também um aspecto interessante na atitude dos moradores cristãos-velhos: a sua resistência em ir denunciar.

As conseqüências desse inquérito foram praticamente nulas a curto praso, porém os resultados fornecidos aos inquisidores constituíram material para a continuação da aplicação, até meados do século XVIII, da sua ideologia de pureza de sangue.

A maior parte dos cristãos-novos identificados na Bahia não optaram pela comunidade judaica de Recife nem fixaram-se na Holanda quando seus interesses comerciais para lá os levaram. O fator religioso não foi o decisivo na vida dos cristãos-novos bahianos. O cristão-novo foi um precursor do homem moderno no sentido do homem que pode viver sem religião. O "chamado judaísmo" dos cristãos-novos bahianos, caracterizou-se nesse período, de um modo geral pelo oposicionismo religioso, e pela incredulidade, o que para os Inquisidores era igualmente perigoso. O convívio com outros prisioneiros nos cárceres do Santo Officio, foi responsável muitas vezes pela criação do "judaisante".

A vida dos cristãos-novos não percorreu uma linha coerente, encontrando-se em seu comportamento as mais contraditórias e paradoxais atitudes. O drama interno do cristão-novo, que se encontra num mundo ao qual não pertence, revela-se em alguns dos processados bahianos. Não aceitava nem a religião católica nem a judaica. Era considerado judeu pelos cristãos e cristãos pelos judeus. Integrado na sociedade bahiana do ponto de vista prático, conhecia a fragilidade de sua posição e sua situação de pária. Punha em dúvida os valores tradicionais da sociedade, os dogmas da religião católica e a moral que esta impunha. Internamente era um homem dividido, que para equilibrar-se, apoiou-se no mito de honra das so-

ciudades ibéricas. E dizia que era “cristão-nôvo com a Graça de Deus”, e “não trocaria tôdas as honras do mundo para deixar de ser cristão-nôvo”.

KATIA MARIA FURTADO DE MENDONÇA

\* \*  
\*

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE  
SÃO PAULO.

*Atividades em 1971.*

1. — *Desenvolvimento geral*: o objetivo maior do MAE é criar condição para um estudo antropológico mais efetivo e aprofundado do homem brasileiro, levando em conta as três linhas de fôrça de sua constituição: a herança mediterrânica, a herança americana e a herança africana. Nesse sentido, o ano de 1971 foi capital, pois permitiu a criação do setor África Negra e considerável desenvolvimento do setor pré-colombiano, tanto em acervo como em atividades.
2. — *Acervo*: Por doação, aquisição ou depósito, as coleções se multiplicaram, abrangendo, no momento, perto de 8.000 peças. Cumpre salientar a aquisição, com verba da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, de excepcional coleção de arqueologia amazônica, relativa à cultura de Santarém-Tapajós (entre os 6.000 objetos que a compõem, incluem-se vasos de cerâmica, utensílios de pedra, apitos, adornos, cachimbos de barro, etc.). Da mesma coleção constava material etnográfico referente à vários grupos indígenas brasileiros (Kayapó, Mundurucú, Assurinís, Apalaí, Tiriyo, Tukano, Sateré, Karajá, Xilikanas). Graças à doação da Sociedade dos Amigos do Museu pôde instalar-se o setor África Negra, com peças da Nigéria, Congo e Alto Volta. Também os setores Mediterrâneo clássico e Médio-Oriente se viram grandemente enriquecidos (cerâmica etrusca e italiota do século IV a. C., estatuetas de argila e tabletes mesopotâmicos com inscrições). Além disso, fêz um acôrdo com a Universidade de Dacar (Senegal) para intercâmbio de peças afro-brasileiras por peças africanas.
3. — *Pesquisa de campo*: em conseqüência da aquisição da coleção de antigüidades tapajônicas, o MAE realizou em outubro e novembro escavação arqueológica na área de Santarém (Pará), dando início a um vasto projeto de pesquisa de campo. Por outro lado, um de seus especialistas participou também das pesquisas que o Museu Paulista está realizando em Pirajú (SP).
4. — *Cursos*: paralelamente ao curso de Arqueologia ministrado no Departamento de História da FFLCH, o MAE organizou dois cursos de extensão univer-

sitária (“Arqueologia do Perú pré-hispânico” e “Problemas fundamentais no estudo das culturas antigas do Médio-Oriente”), além de conferências sobre arte negra. O Museu recebeu, ainda, dois bolsistas de pós-graduação da FAPESP e três estagiários do curso de pós-graduação de História Geral; ofereceu uma bolsa de monitor e uma, instituída pela Sociedade dos Amigos do Museu, para curso de pós-graduação na Universidade de Leicester (Grã-Bretanha).

5. — *Publicações*: as dificuldades orçamentárias prejudicaram o aparecimento do periódico do Museu, *Dédalo — Revista de Arte e Arqueologia*. Entretanto, com a solução, no fim do ano, de alguns problemas e o recebimento de doação de papel, puderam ser entregues à impressão os n.ºs VII, VIII, IX-X (duplo) e XI-XII (duplo), que deverão estar circulando em fevereiro-março, totalizando quase 800 páginas. Esta publicação é distribuída a especialistas brasileiros e de outros de 80 países.
6. — *Biblioteca*: Em apenas 5 anos e apesar dos problemas econômicos, a biblioteca especializada já atingiu 3.000 volumes. 321 títulos de revistas são periodicamente recebidos (291 por intercâmbio).
7. — *Visitas*: houve sensível acréscimo no número de visitantes, embora seja ainda relativamente pequeno (não ultrapassou a casa dos 10.000). Provieram da capital e de 57 cidades do Estado de São Paulo, do Distrito Federal e de outros 17 Estados brasileiros, e de 39 países estrangeiros. 85% são estudantes. Mais de 42 grupos foram recebidos pelos monitores, muitas vezes para experiências educacionais e tentativas de integração do Museu ao ensino médio.

